

TC 027.983/2012-9

Tipo: tomada de contas especial

Unidades Jurisdicionadas: Caixa Econômica Federal - CEF.

Responsáveis: Celso Antônio Botão Carvalho (CPF: 176.059.463-68); Dowver Azevedo Cruz (CPF: 281.577.613-87); Gleidson Castelo Branco Magalhães (CPF: 238.789.083-34); Francilene Cavalcante de Araújo (CPF: 431.750.583-53); Maritta Vermeire de Araújo (CPF: 164.157.287-68); Olenir Silva Feitosa (CPF: 779.579.113-15); Paulo César Chaves Feitosa (CPF: 779.583.493-00) e Tarcísio José Pinto da Costa (CPF: 149.190.013-04).

Procurador: não há.

Interessado em sustentação oral: não há

Proposta: preliminar (citações)

INTRODUÇÃO

1. Trata o processo de Tomada de Contas Especial – TCE instaurada pela Caixa Econômica Federal, em razão das irregularidades verificadas em avaliações de contratos de penhor realizadas na Agência de Penhor Cidade dos Azulejos/São Luís – MA, pelos Sr. Celso Antônio Botão Carvalho, ex-empregado - avaliador de penhor, Sr. Dowver Azevedo Cruz, ex-empregado - caixa executivo, Sr. Gleidson Castelo Branco Magalhães, ex-empregado - avaliador de penhor, Sra. Francilene Cavalcante de Araújo, terceiro envolvido, Sra. Maritta Vermeire de Araújo, terceiro envolvido, Sra. Olenir Silva Feitosa, terceiro envolvido, Sr. Paulo César Chaves Feitosa, terceiro envolvido e Sr. Tarcísio José Pinto da Costa, terceiro envolvido.

HISTÓRICO

2. Em 4/11/1996, foi constatado, por meio do relatório dos trabalhos de verificação por amostragem, peça 1, p. 10 –14, um grande número de irregularidades e superavaliações verificadas nos contratos emitidos pelo Sr. Celso Antônio Botão Carvalho e pelo Sr. Gleidson Castelo Branco Magalhães, diante disso, foi aberto processo de apuração sumária, consoante Portaria 009/96, peça 1, p. 18.

3. Apurou-se que os avaliadores superavaliavam as garantias em nome de terceiros, sendo que na realidade, a propriedade e a soma recebida na transação eram destinadas a eles mesmos. A comissão encerrou os trabalhos concluindo que, em vista de quase a totalidade dos contratos haverem sido pagas no caixa do ex-empregado Sr. Dowver Azevedo Cruz, acabaram por apontar que houve participação do referido na ocorrência acima relatada, responsabilizando civil e administrativamente os ex-empregados Sr. Gleidson Castelo Branco Magalhães, Sr. Celso Antonio Botão Carvalho e Sr. Dowver Azevedo Cruz, conforme Re 001/1997, peça 1, p. 108-174, de 27/2/1997.

4. Os citados responsáveis foram notificados (peça 1, p. 192, 194 e 196) pela Caixa, a apresentar defesa no processo de apuração sumária, em 7/4/1997 e efetuar o ressarcimento dos débitos imputados (peça 1, p. 224, 226, 228 e 232), em 16/5/1997 e 26/6/1997. Em 18/4/1997, os supramencionados responsáveis apresentaram defesa conjunta (peça 1, p. 200-204), na qual, em síntese, alegaram cerceamento de defesa, produção de provas tendenciosas, ressaltando que não

causaram qualquer prejuízo à CAIXA, posto que as avaliações eram feitas, embora fora dos parâmetros da empresa, dentro da realidade de mercado, o tomador de contas não se pronunciou sobre tais alegações, prosseguindo o andamento do feito em questão.

5. Acrescente-se que os responsáveis foram demitidos, a partir de 7/5/1997, da Caixa Econômica Federal, por justa causa, por meio das Portarias 801/97 (peça 1, p. 218), 802/97 (peça 1, p. 214) e 803/97 (peça 1, p. 210).

6. Assim, esgotadas as medidas administrativas internas sem obtenção do ressarcimento correspondente ao prejuízo causado aos cofres da União, a Caixa Econômica Federal, instaurou tomada de contas especial, por meio do Relatório de Tomada de Contas Especial 004/2005, de 2/2/2006, acostado na peça 1, p. 514-520, em que os fatos estão circunstanciados, atribuindo responsabilidade ao Sr. Gleidson Castelo Branco Magalhães, Avaliador, no valor original de R\$ 253.037,89, ao Sr. Celso Antônio Botão Carvalho, Avaliador, no valor original de R\$ 231.353,59 e ao Sr. Dowver Azevedo Cruz, Caixa Executivo, solidariamente com os demais responsáveis, no valor original de R\$ 484.391,48.

7. Diante disso, os autos foram encaminhados para secretaria de controle interno, com vista à certificação das contas, no entanto, foram restituídos a Caixa Econômica Federal, por meio do Despacho DPTCE/DP/SFC/CGU/PR 230/2008 (peça 1, p. 528-536), para adoção de providências, entre outras, identificar todos os empregados envolvidos nas contratações irregulares, de acordo com o cargo ou função exercida à época dos acontecimentos, bem como as obrigações deles nas transações e proceder à responsabilização dos terceiros que participaram ativamente das fraudes nos contratos de penhor, haja vista a caracterização de conluio.

8. Com o objetivo de sanar as divergências, foi constituída uma comissão de apuração de responsabilidade, que por meio do relatório conclusivo (peça 1, p. 540-560), conclui, entre outras, que o empréstimo de penhor era concedido pelo avaliador, que era o responsável pela avaliação das joias, e ao caixa executivo competia identificar o mutuário, autenticar e efetuar pagamento do empréstimo, atribuindo aos avaliadores Sr. Celso Antônio Botão Carvalho e Sr. Gleidson Castelo Branco Magalhães e ao caixa executivo Sr. Dowver Azevedo Cruz responsabilidade pelos contratos de penhor que apresentavam fraudes, bem como, incluiu como responsáveis os terceiros envolvidos nas irregularidades: Sr. Tarcísio José Pinto da Costa, Sr. Paulo César Chaves Feitosa, Sra. Olenir Silva Feitosa, Sra. Maritta Vermeire de Araújo e Sra. Francilene Cavalcante de Araújo.

9. Logo, esses novos responsáveis arrolados no feito foram notificados, conforme peça 1, p. 562, 566, 570, 578, de 5/11/2008 e peça 1, p. 574, de 26/1/2010.

10. Consta nos autos a inscrição de responsabilidade somente dos seguintes responsáveis, Sr. Celso Antônio Botão Carvalho, Sr. Gleidson Castelo Branco Magalhães e Sr. Dowver Azevedo Cruz, conforme peça 1, p. 364.

11. O Relatório de Auditoria do Controle Interno, peça 1, p. 677-681, contém a devida manifestação acerca dos quesitos mencionados no art. 4º, inciso V e § 1º, da IN/TCU 56, de 5 de dezembro de 2007, tendo concluído aquela instância de Controle pela irregularidade das presentes contas, conforme Certificado de Auditoria (peça 1, p. 682) e Parecer do Dirigente do Órgão de Controle Interno (peça 1, p. 683).

12. Em Pronunciamento Ministerial, peça 5, p. 204, o Ministro de Estado da Fazenda, na forma do art. 52 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, atesta haver tomado conhecimento das conclusões do Controle Interno acerca das presentes contas

EXAME TÉCNICO

13. A presente TCE foi instaurada em razão de superavaliações verificadas nas garantias de contratos de penhor emitidos pelos Sr. Gleidson Castelo Branco Magalhães e Sr. Celso Antônio Botão Carvalho e pagas no caixa do Sr. Dowver Azevedo Cruz em nome de terceiros, com posterior

apropriação, pelos referidos empregados, da propriedade e das somas recebidas nas transações, conforme consignou o Relatório de Auditoria 246605/2012, peça 1, p. 677-681.

14. De plano, só foram incluindo no rol de responsáveis somente os ex-empregados envolvidos nas irregularidades, Sr. Gleidson Castelo Branco Magalhães (avaliador de penhor), com débito de R\$ 253.037,89, solidariamente com Sr. Dowver Azevedo Cruz (caixa-executivo) e Sr. Celso Antônio Botão Carvalho (avaliador de penhor), com débito de R\$ 231.353,59, de igual forma, solidário com o Sr. Dowver Azevedo Cruz.

15. O detalhamento dos valores, as datas das ocorrências e outras informações sobre os débitos estão discriminados em tabela produzida pela Caixa Econômica Federal (peça 1, p. 366-392), cabe ressaltar, que o débito foi apurado como sendo o equivalente ao valor líquido do empréstimo, abatido o valor da reavaliação, na data de vencimento dos contratos, conforme demonstrado no Relatório de Tomada de Contas Especial 004/2005, peça 1, p. 516.

16. Após Despacho DPTCE/DP/SFC/CGU/PR 230/2008 (peça 1, p. 528-536), da secretaria de controle interno restituindo o processo à Caixa, fora atribuída também responsabilidade aos clientes envolvidos nas irregularidades: Sr. Tarcísio José Pinto da Costa, Sr. Paulo César Chaves Feitosa, Sra. Olenir Silva Feitosa, Sra. Maritta Vermeire de Araújo e Sra. Francilene Cavalcante de Araújo.

17. De modo similar, o detalhamento dos valores, as datas das ocorrências e outras informações sobre os débitos dos terceiros envolvidos estão discriminados em tabela produzida pela Caixa Econômica Federal (peça 1, p.618-626).

18. Pelos elementos colacionados aos autos, resta caracterizada a responsabilidade dos ex-empregados nas irregularidades apontadas, pois conforme acostado no relatório conclusivo da comissão de apuração de responsabilidade, peça 1, p. 540-560, a responsabilidade pela aprovação/liberação/pagamento de contrato de penhor à época era do avaliador de penhor e do caixa-executivo, já que a MN EC 01.06.01 definia que a avaliação da garantia e a formalização do contrato de penhor eram de competência do avaliador e que a identificação do mutuário e o pagamento do contrato cabiam ao caixa-executivo.

MN EC 01.06.01 — EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS COMERCIAIS
(Vigência: 14/10/1996)

2 EMPRÉSTIMO

2.3 Garantia

2.3.1 A avaliação da garantia é feita por empregado da CEF que exerça função de avaliador de penhor, observados os critérios e procedimentos técnicos inerentes à atribuição, bem como os valores da Tabela de Avaliação divulgada pela área da Matriz.

2.4 Contrato

2.4.1 O empréstimo é formalizado através do contrato de Penhor, que deve ser assinado pelo(s) Avaliador(es) e mutuário, devendo este ser maior de 21 anos de idade ou emancipado, e apresentar documento de identidade e CPF.

2.4.3 O contrato não pode conter emendas ou rasuras de qualquer espécie, **respondendo solidariamente o(s) avaliador(es) e caixa-executivo por qualquer prejuízo causado à CEF ou ao mutuário.** (*grifo nosso*).

19. Além disso, nos depoimentos prestados à época os referidos responsáveis não negaram a autoria das fraudes. O Sr. Gleidson Castelo Branco Magalhães reconheceu ter desobedecido aos parâmetros estabelecidos pela CEF para as avaliações de joias e afirma que tais irregularidades iniciaram para a cobertura de cheques acatado por ele e que a partir deste momento foi necessário fazer outros contratos na mesma situação para a cobertura dos juros e demais encargos, peça 1, p. 92. No mais, consta que os Sr. Paulo César Chaves Feitosa, Sra. Olenir Silva Feitosa, Sr. Halex Sieber e Sr. Carlos Bandeira de Araújo, declararam em seus depoimentos que o citado ex-

empregado solicitou que assinassem contratos de penhor em branco, os quais deram origem aos contratos com os vícios já constatados, conforme, acostado no Re 001/1997, peça 1, p. 130.

20. Situação similar acontece com o Sr. Celso Antônio Botão Carvalho, que em seu depoimento, peça 1, p. 82-84, afirmou que embora as joias estivessem avaliadas abaixo do valor de mercado, não estavam dentro dos normativos da CEF e que alguns joias eram de sua propriedade, afirmando também que solicitou ao Sr. Dorgileide R. G. Andrade que assinasse, em diversas oportunidades, contratos de joias penhoradas de sua propriedade.

21. Com relação ao Sr. Dowver Azevedo Cruz, fica configurado sua participação nas irregularidades, já que, além de seu pleno conhecimento das operações (declarou para as empregadas Neusa e Netielzie que tinha pleno conhecimento das operações – peça 1, p. 104-106, 100-102), em quase totalidade dos contratos de penhor superavaliados, eram autenticados no seu caixa e de acordo com o Re 001/1997, peça 1, p. 130, o responsável beneficiava-se das irregularidades, conforme os fatos relatados abaixo:

A sua esposa Lindinalva participava diretamente das operações, que se observa nas declarações prestadas por Maritta e Francilene (peça 1, p. 50-56, p.60-62), e pelos contratos superavaliados em nome dela, Lindinalva (peça 4, p. 13, 47, 49, 247)

Declaração de Paulo César, peça 1, p. 46, “há aproximadamente oito meses vem assinando contratos para Dowver e Gleidson”;

Na declaração de Marina, peça 1, p. 50-56, teve várias citações de que Gleidson sempre ia à sua casa acompanhado de Dowver, citando em uma ocasião, tratar-se de seu sócio;

Vários contratos superavaliados foram feitos em seu benefício, tais como os de numero 235.043-5, 235.044-3, 235.687-5, 237.314.-1, 237.942-5, 237.943-3 e outros;

A maioria dos créditos de valores significativos feitos na conta do empregado e de sua esposa, tiveram por origem contratos de penhor em nome de terceiros superavaliados;

Participa do grupo que negocia com joias, inclusive com firma registrada (peça 1, p. 88), tendo também como fornecedor o empregado Gleidson.

22. Outrossim, no depoimento da Sra. Netielzie Lima Maciel, economiária lotada na Agência de Penhor Cidade dos Azulejos/São Luís – MA, consta afirmação de que o Sr. Dowver Azevedo Cruz tinha conhecimento desde o começo das superavaliações e que os contratos superavaliados não eram autenticados em qualquer caixa, tendo a preocupação de autenticar todos os contratos no caixa do mencionado empregado, por ser este conhecedor da operação, peça 1, p. 100-102.

23. Com relação aos terceiros envolvidos, impende, preliminarmente, ressaltar que os valores imputados de débito a Sra. Francilene Cavalcante de Araújo (valor original de R\$ 8.333,06) e a Sra. Maritta Vermeire de Araújo (valor original de R\$ 2.165,09), peça 1, p. 681, solidários com o Sr. Gleidson Castelo Branco Magalhães e Sr. Dowver Azevedo Cruz não alcançam o valor de alçada de R\$ 23.000,00, determinado por esta Corte de Contas para abertura de tomada de contas especial, já que esses valores atualizados até a data de 16/10/2012 alcança somente o valor de R\$ 21.553,41 (peça 7, p. 1-4) e R\$ 5.514,24 (peça 7, p. 5-6) respectivamente.

24. Conforme o disposto no art. 10 c/c art. 5º da Instrução Normativa-TCU 56/2007, é facultado ao TCU arquivar os processos de TCE já constituídos que se encontram no Tribunal, cujo débito atualizado seja inferior a R\$ 23.000,00. Nesse caso, o prosseguimento da cobrança do débito imputado a esses responsáveis não se justifica, pois o custo da cobrança poderá ser maior do que o valor do ressarcimento.

25. Em razão disso, por medida de racionalização administrativa e economia processual, propõe-se que a Sra. Francilene Cavalcante de Araújo e a Sra. Maritta Vermeire de Araújo não figurem no rol de responsáveis do presente feito para fins de citação.

26. Cabe ressaltar, que os débitos de tais responsáveis continuam a figurar na composição da dívida do Sr. Gleidson Castelo Branco Magalhães e Sr. Dowver Azevedo Cruz, já que se trata de débitos solidários.

27. No que diz respeito aos demais terceiros envolvidos (Sra. Olenir Silva Feitosa, Sr. Paulo César Chaves Feitosa e Sr. Tarcísio José Pinto da Costa), embora os mesmos não tenham sido inicialmente arrolados no processo, tal falha processual não impede que sejam responsabilizados dos danos causados ao Erário, pois, conforme se extrai dos autos, os valores foram indevidamente desembolsados pela CAIXA nas datas indicadas no detalhamento à peça 9. Todavia, somente em 5/11/2008, peça 1, p. 562, 566, 570, 578 e 26/1/2010, peça 1, p. 574, passados mais de 12 anos desde o recebimento dos recursos, foram efetivadas as devidas notificações dos terceiros envolvidos, conforme antes indicado.

28. No entanto, tal decurso de tempo não inviabiliza o pleno exercício do direito de ampla defesa por parte dos responsáveis, uma vez que os fatos e os documentos necessários que subsidiam o fato impugnado foram devidamente acostados aos autos, conforme tratado nesta instrução, possibilitando, a nosso ver, a devida contradita por parte dos referidos responsáveis. Ademais, mesmo na fase interna na CAIXA, não houve prejuízo à defesa dos responsáveis, já que na época tais responsáveis foram ouvidos em depoimento acostados nos autos, peça 1 p. 48, 46 e 38-44.

29. A Sra. Olenir Silva Feitosa, em seu depoimento (peça 1, p. 48), reconhece sua assinatura em todos os contratos de penhor que lhe foram apresentados, alega também que as joias de alguns contratos eram de sua propriedade sendo as demais joias de propriedade do avaliador Gleidson. Segue o depoimento afirmando que tinha conhecimento das superavaliação das joias de sua propriedade e que quando solicitava, na maioria das vezes, o ex-empregado superavaliava suas joias.

30. De modo similar, o Sr. Paulo César Chaves Feitosa reconhece sua assinatura em alguns contratos, mas que em apenas dois deles as joias são suas, sendo que as demais garantias, duas são de propriedade do caixa Dowver e as demais do avaliador Gleidson. Por fim, afirma que nos contratos de sua propriedade solicitou ao avaliador Gleidson que avaliasse acima do valor normal das joias, pois necessitava do dinheiro para cobrir um cheque seu e que esse tipo de procedimento era adotado em outros contratos de penhor, peça 1, p. 46.

31. Atinente ao Sr. Tarcísio José Pinto da Costa, nos depoimentos dos ex-empregados Sr. Gleidson Castelo Branco Magalhães (peça 1, p. 94) e Sr. Celso Antônio Botão Carvalho (peça 1, p. 82), consta a afirmação que foram realizadas avaliações de joias fora dos normativos da CEF a pedido do próprio responsável, demonstrando assim que o mesmo tinha conhecimento das irregularidades e se beneficiava de tais ações.

32. Da mesma forma que os ex-empregados, os supramencionados terceiros envolvidos não negaram a autoria das fraudes em seus depoimentos (peça 1, p. 38-44, 46,48), restando comprovado que os mesmos se beneficiaram com os contratos de penhor superavaliados, pois obtiveram valores de empréstimos maiores do que deveriam receber, deixando como garantia bens que não cobririam o valor do empréstimo.

33. Da análise das peças contidas nos autos, verificar-se que constam elementos suficientes para caracterizar o conluio entre os mutuários (terceiros envolvidos) e os empregados da CEF, que atuavam na condição de agentes públicos, beneficiando-se com a fraude. Assim, devem ser citados, em razão das irregularidades verificadas nas avaliações de contratos de penhor (superavaliações) os seguintes responsáveis: Sr. Celso Antônio Botão Carvalho, ex-empregado - avaliador de penhor, Sr. Dowver Azevedo Cruz, ex-empregado - caixa executivo, Sr. Gleidson Castelo Branco Magalhães, ex-empregado - avaliador de penhor, Sra. Olenir Silva Feitosa, terceiro envolvido, Sr. Paulo César Chaves Feitosa, terceiro envolvido e Sr. Tarcísio José Pinto da Costa, terceiro envolvido, pelos débitos abaixo, conforme peça 9 – Detalhamento dos débitos.

| Responsáveis solidários | Valor do débito (R\$) – Original |
|--|----------------------------------|
| Celso Antônio Botão Carvalho/ Dowver Azevedo Cruz | 223.853,76 |
| Celso Antônio Botão Carvalho/ Dowver Azevedo Cruz/ Tarcísio José Pinto da Costa | 7.499,83 |
| Gleidson Castelo Branco Magalhães/ Dowver Azevedo Cruz | 138.222,08 |
| Gleidson Castelo Branco Magalhães/ Dowver Azevedo Cruz/ Tarcísio José Pinto da Costa | 77.007,75 |
| Gleidson Castelo Branco Magalhães/ Dowver Azevedo Cruz/ Paulo César Chaves Feitosa | 16.840,95 |
| Gleidson Castelo Branco Magalhães/ Dowver Azevedo/ Olenir Silva Feitosa | 20.967,11 |

34. O detalhamento dos valores, as datas das ocorrências e outras informações sobre os débitos estão discriminados na peça 9 - Detalhamento dos débitos, com indicação das respectivas evidências associadas.

35. Impende ressaltar que apesar de outros clientes figurarem nos contratos de penhor irregulares, como mutuários, é de bom alvitre que eles não sejam arrolados como responsáveis, pois essa inclusão de novos responsáveis no polo passivo do presente feito, que já consta com seis responsáveis, ocasionaria a perda de eficiência das decisões prolatadas, tornando o processo possivelmente infundável bem como ocasionando o aumento do custo processual, aliado a isso, a solidariedade passiva é um benefício do credor e não do devedor, diferindo a citação solidária apenas no fato de que, uma vez recolhido o débito por um ou mais devedores, ficam os demais liberados do recolhimento.

36. Contudo, reputamos necessário, quando da avaliação desse benefício garantido ao credor, apurar o impacto que essa medida pode gerar para fins de efetividade do controle a cargo do TCU, a qual é instrumentalizada neste Tribunal, em última instância, por intermédio de constituição e envio à AGU, de processo de cobrança executiva dos valores não recuperados.

37. Destaca-se, que a CAIXA consignou na peça 1, p. 584, que não restou comprovado o animus desses outros clientes de participar da fraude, por isso a comissão entendeu que foram utilizados involuntariamente e, portanto, não tem responsabilidade pela ocorrência.

38. Afora esse aspecto, considerando, ainda, que se trata de fatos geradores cujos débitos remontam há mais de 14 anos, e tendo por espeque que novos chamamentos ensejariam maiores delongas na busca pela recuperação dos valores impugnados, aliado, ainda, aos elementos antes suscitados, os quais indicam adequadamente os principais responsáveis pelas ocorrências objeto de débito, entendemos ser razoável abster-se o TCU de proceder ao chamamento de outros responsáveis.

39. Da mesma maneira, apesar da CAIXA, ter detectado divergência de avaliação envolvendo outros três diferentes empregados, não cabe responsabilizá-los pelos mesmos motivos explanados nos parágrafos anteriores e especialmente pelo fato dos contratos terem sido liquidados no vencimento sem configurar prejuízo à CAIXA e pela baixa incidência de erro dos avaliadores envolvidos, no universo de avaliações realizadas, tais divergências foram consideradas como "erro técnico" pela equipe de avaliadores que assessorou a comissão processante, conforme acostado na peça 1, p. 546.

CONCLUSÃO

40. A análise em conjunto de todos os fatos ocorridos, onde os responsáveis não apresentaram elementos objetivos que elidiram as irregularidades, apontam superavaliações nas garantias de contratos de penhor com posterior apropriação, pelos referidos ex-empregados, da

propriedade e das somas recebidas nas transações em conluio com os mutuários, conforme expresso no Relatório de Auditoria 246605/2012 (peça 1, p. 677) e Despacho DPTCE/DP/SFC/CGU/PR 230/2008 (peça 1, p. 528-536).

41. Diante dessa situação, cumpre citar os ex-empregados da Caixa Econômica Federal Sr. Gleidson Castelo Branco Magalhães, Sr. Celso Antonio Botão Carvalho e Sr. Dowver Azevedo Cruz em solidariedade com os mutuários que se beneficiaram com as irregularidades Sra. Olenir Silva Feitosa, Sr. Paulo César Chaves Feitosa e Sr. Tarcísio José Pinto da Costa, em face da apropriação indébita de recursos (superavaliações nas garantias de contratos de penhor na Agência de Penhor Cidade dos Azulejos/MA).

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

42. Ante o exposto, submeto os autos à consideração superior, propondo:

42.1. a realização das **citações** abaixo indicada, nos termos dos arts. 10, § 1º, e 12, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992 c/c o art. 202, inciso II, do Regimento Interno, para que os responsáveis solidários abaixo arrolados, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da citação, apresente alegações de defesa ou recolha ao cofre da Caixa Econômica Federal a quantia devida, atualizada monetariamente, e, caso os responsáveis venha a ser condenados pelo Tribunal, acrescida de juros de mora, calculados a partir da respectiva data até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, em virtude da superavaliações nas garantias de contratos de penhor realizadas na Agência de Penhor Cidade dos Azulejos/MA da Caixa Econômica Federal (Sr. Celso Antônio Botão, Sr. Dowver Azevedo Cruz e Sr. Gleidson Castelo Branco Magalhães, ex-empregados da Caixa Econômica Federal), bem como em função do recebimento indevido, pelos contratos de penhor superavaliados, obtendo valores de empréstimos maiores do que deveriam receber, deixando como garantia bens que não cobririam o valor do empréstimo (Sra. Olenir Silva Feitosa, Sr. Paulo César Chaves Feitosa e Sr. Tarcísio José Pinto da Costa, mutuários), conforme Relatório do Tomador de Contas 004/2005 (peça 1, p. 514-520), ajustado nos termos do Relatório de Auditoria 246605/2012 da Controladoria Geral da União, peça 1, p. 677-681.

a.) Dispositivos violados: subitens 11.2.1.2, 11.2.1.8, 11.2.1.11, 11.2.1.22, 11.3.1.2 , 11.3.1.3 e 11.3.1.4 do regulamento de pessoal da Caixa Econômica Federal, Ato de 1º de outubro de 2002, em relação aos ex-empregados e inciso II, §6º, art. 209 do RI/TCU no que diz respeito ao terceiros envolvidos (mutuários).

b.1) Responsáveis solidários: Sr. Celso Antônio Botão Carvalho, CPF: 176.059.463-68, Avaliador de penhor e Sr. Dowver Azevedo Cruz, CPF: 281.577.613-87, Caixa executivo.

b.1.1) Quantificação do débito solidário:

| Ordem | Valor Histórico (R\$) | Data de Ocorrência |
|-------|-----------------------|--------------------|
| 1 | 62,10 | 19/2/1996 |
| 2 | 618,30 | 26/3/1996 |
| 3 | 1.175,30 | 18/4/1996 |
| 4 | 1.180,30 | 18/4/1996 |
| 5 | 848,30 | 16/5/1996 |
| 6 | 841,70 | 17/6/1996 |
| 7 | 901,20 | 11/6/1996 |
| 8 | 1.085,30 | 3/7/1996 |
| 9 | 230,63 | 13/6/1996 |
| 10 | 839,70 | 29/7/1996 |

| Ordem | Valor Histórico (R\$) | Data de Ocorrência |
|-------|--------------------------|-----------------------|
| 11 | 810,60 | 1/7/1996 |
| 12 | 204,58 | 1/7/1996 |
| 13 | 1.070,60 | 3/7/1996 |
| 14 | 1.188,30 | 5/7/1996 |
| 15 | 480,41 | 8/7/1996 |
| 16 | 205,64 | 8/7/1996 |
| 17 | 1.075,20 | 11/7/1996 |
| 18 | 819,70 | 12/7/1996 |
| 19 | 900,60 | 12/7/1996 |
| 20 | 1.898,90 | 12/7/1996 |
| 21 | 2.008,90 | 12/7/1996 |
| 22 | 758,20 | 23/7/1996 |
| 23 | 1.060,60 | 24/7/1996 |
| 24 | 824,10 | 25/7/1996 |
| 25 | 1.080,60 | 26/7/1996 |
| 26 | 658,50 | 2/9/1996 |
| 27 | 31,70 | 7/8/1996 |
| 28 | 1.562,40 | 5/9/1996 |
| 29 | 1.613,80 | 6/9/1996 |
| 30 | 1.615,90 | 9/8/1996 |
| 31 | 1.711,60 | 15/8/1996 |
| 32 | 1.316,70 | 16/9/1996 |
| 33 | 702,96 | 23/9/1996 |
| 34 | 712,96 | 23/9/1996 |
| 35 | 1.346,70 | 26/9/1996 |
| 36 | 1.356,70 | 26/9/1996 |
| 37 | 1.289,80 | 26/9/1996 |
| 38 | 1.309,70 | 29/8/1996 |
| 39 | 1.269,70 | 29/8/1996 |
| 40 | 1.572,50 | 29/8/1996 |
| 41 | 1.166,70 | 27/9/1996 |
| 42 | 1.196,70 | 30/9/1996 |
| 43 | 1.044,20 | 2/9/1996 |
| 44 | 1.053,80 | 30/9/1996 |
| 45 | 1.004,50 | 30/9/1996 |
| 46 | 1.004,50 | 30/9/1996 |
| 47 | 1.057,60 | 1/10/1996 |
| 48 | 1.316,10 | 3/9/1996 |
| 49 | 1.349,70 | 3/9/1996 |
| 50 | 1.336,70 | 1/10/1996 |
| 51 | 1.286,70 | 1/10/1996 |
| 52 | 1.124,20 | 3/9/1996 |

| Ordem | Valor Histórico (R\$) | Data de Ocorrência |
|-------|--------------------------|-----------------------|
| 53 | 1.104,50 | 1/10/1996 |
| 54 | 656,64 | 3/9/1996 |
| 55 | 1.114,50 | 2/10/1996 |
| 56 | 1.034,40 | 30/10/1996 |
| 57 | 1.089,10 | 30/10/1996 |
| 58 | 1.337,00 | 4/9/1996 |
| 59 | 1.280,70 | 2/10/1996 |
| 60 | 1.203,80 | 30/10/1996 |
| 61 | 515,18 | 31/10/1996 |
| 62 | 491,24 | 31/10/1996 |
| 63 | 956,70 | 4/10/1996 |
| 64 | 1.169,80 | 4/10/1996 |
| 65 | 1.104,10 | 4/11/1996 |
| 66 | 1.114,50 | 7/10/1996 |
| 67 | 1.039,40 | 4/11/1996 |
| 68 | 1.117,60 | 10/10/1996 |
| 69 | 1.157,60 | 11/10/1996 |
| 70 | 1.217,60 | 11/10/1996 |
| 71 | 1.084,50 | 11/10/1996 |
| 72 | 1.383,80 | 11/10/1996 |
| 73 | 1.014,20 | 8/11/1996 |
| 74 | 964,40 | 8/11/1996 |
| 75 | 1.024,40 | 8/11/1996 |
| 76 | 785,79 | 13/9/1996 |
| 77 | 1.003,80 | 12/11/1996 |
| 78 | 1.126,70 | 16/10/1996 |
| 79 | 1.093,80 | 17/10/1996 |
| 80 | 1.146,70 | 17/10/1996 |
| 81 | 258,64 | 15/11/1996 |
| 82 | 997,60 | 18/10/1996 |
| 83 | 161,37 | 23/9/1996 |
| 84 | 864,50 | 24/10/1996 |
| 85 | 734,50 | 24/10/1996 |
| 86 | 889,50 | 24/10/1996 |
| 87 | 884,50 | 24/10/1996 |
| 88 | 794,40 | 21/11/1996 |
| 89 | 904,50 | 24/10/1996 |
| 90 | 804,50 | 24/10/1996 |
| 91 | 1.003,80 | 24/10/1996 |
| 92 | 894,50 | 24/10/1996 |
| 93 | 371,24 | 21/11/1996 |
| 94 | 880,60 | 27/9/1996 |

| Ordem | Valor Histórico (R\$) | Data de Ocorrência |
|-------|--------------------------|-----------------------|
| 95 | 854,20 | 27/9/1996 |
| 96 | 746,76 | 27/9/1996 |
| 97 | 979,70 | 27/9/1996 |
| 98 | 645,79 | 30/9/1996 |
| 99 | 1.189,70 | 30/9/1996 |
| 100 | 625,79 | 30/9/1996 |
| 101 | 994,20 | 1/10/1996 |
| 102 | 794,95 | 1/10/1996 |
| 103 | 1.179,70 | 1/10/1996 |
| 104 | 1.189,70 | 1/10/1996 |
| 105 | 1.057,00 | 2/10/1996 |
| 106 | 970,60 | 2/10/1996 |
| 107 | 1.037,00 | 2/10/1996 |
| 108 | 545,79 | 2/10/1996 |
| 109 | 505,79 | 2/10/1996 |
| 110 | 495,79 | 2/10/1996 |
| 111 | 475,79 | 2/10/1996 |
| 112 | 522,79 | 2/10/1996 |
| 113 | 934,20 | 3/10/1996 |
| 114 | 864,50 | 31/10/1996 |
| 115 | 415,27 | 3/10/1996 |
| 116 | 69,72 | 3/10/1996 |
| 117 | 720,79 | 4/10/1996 |
| 118 | 695,79 | 4/10/1996 |
| 119 | 866,76 | 4/10/1996 |
| 120 | 599,41 | 7/10/1996 |
| 121 | 685,79 | 7/10/1996 |
| 122 | 834,50 | 5/11/1996 |
| 123 | 904,20 | 8/10/1996 |
| 124 | 677,57 | 4/11/1996 |
| 125 | 675,79 | 8/10/1996 |
| 126 | 1.117,00 | 9/10/1996 |
| 127 | 1.120,70 | 7/11/1996 |
| 128 | 1.149,20 | 10/10/1996 |
| 129 | 737,19 | 11/11/1996 |
| 130 | 521,75 | 11/11/1996 |
| 131 | 946,76 | 14/10/1996 |
| 132 | 976,76 | 14/10/1996 |
| 133 | 1.036,76 | 14/10/1996 |
| 134 | 786,76 | 14/10/1996 |
| 135 | 884,50 | 11/11/1996 |
| 136 | 1.034,50 | 12/11/1996 |

| Ordem | Valor Histórico (R\$) | Data de Ocorrência |
|-------|--------------------------|-----------------------|
| 137 | 278,08 | 13/11/1996 |
| 138 | 954,20 | 17/10/1996 |
| 139 | 924,20 | 17/10/1996 |
| 140 | 856,30 | 17/10/1996 |
| 141 | 824,50 | 14/11/1996 |
| 142 | 612,19 | 14/11/1996 |
| 143 | 626,80 | 14/11/1996 |
| 144 | 605,92 | 13/12/1996 |
| 145 | 646,02 | 15/11/1996 |
| 146 | 1.013,80 | 18/11/1996 |
| 147 | 1.106,70 | 18/11/1996 |
| 148 | 876,75 | 22/10/1996 |
| 149 | 911,75 | 22/10/1996 |
| 150 | 1.064,20 | 22/10/1996 |
| 151 | 647,20 | 22/10/1996 |
| 152 | 651,42 | 19/11/1996 |
| 153 | 705,25 | 22/10/1996 |
| 154 | 1.117,00 | 23/10/1996 |
| 155 | 1.133,40 | 23/10/1996 |
| 156 | 686,80 | 22/11/1996 |
| 157 | 691,02 | 22/11/1996 |
| 158 | 556,02 | 22/11/1996 |
| 159 | 830,96 | 25/11/1996 |
| 160 | 912,29 | 28/10/1996 |
| 161 | 764,29 | 23/12/1996 |
| 162 | 994,52 | 29/10/1996 |
| 163 | 1.007,72 | 29/10/1996 |
| 164 | 709,09 | 27/11/1996 |
| 165 | 666,02 | 27/11/1996 |
| 166 | 914,43 | 27/11/1996 |
| 167 | 745,75 | 1/11/1996 |
| 168 | 1.051,33 | 1/11/1996 |
| 169 | 1.144,11 | 1/11/1996 |
| 170 | 1.160,49 | 1/11/1996 |
| 171 | 580,25 | 1/11/1996 |
| 172 | 1.044,11 | 4/1/1996 |
| 173 | 997,72 | 4/11/1996 |
| 174 | 857,72 | 5/11/1996 |
| 175 | 809,52 | 5/11/1996 |
| 176 | 933,26 | 8/11/1996 |
| 177 | 925,45 | 8/11/1996 |
| 178 | 953,65 | 8/11/1996 |

| Ordem | Valor Histórico (R\$) | Data de Ocorrência |
|-------|--------------------------|-----------------------|
| 179 | 230,34 | 3/1/1996 |
| 180 | 804,43 | 9/12/1996 |
| 181 | 764,95 | 11/11/1996 |
| 182 | 609,40 | 12/11/1996 |
| 183 | 473,02 | 12/11/1996 |
| 184 | 950,49 | 12/11/1996 |
| 185 | 490,78 | 8/1/1996 |
| 186 | 660,51 | 9/1/1997 |
| 187 | 779,97 | 9/1/1997 |
| 188 | 660,51 | 10/1/1997 |
| 189 | 645,65 | 10/1/1997 |
| 190 | 545,92 | 13/1/1997 |
| 191 | 545,92 | 13/1/1997 |
| 192 | 648,69 | 18/12/1996 |
| 193 | 733,14 | 20/11/1996 |
| 194 | 708,56 | 20/11/1996 |
| 195 | 568,30 | 21/11/1996 |
| 196 | 568,02 | 21/11/1996 |
| 197 | 11,37 | 22/11/1996 |
| 198 | 874,43 | 23/12/1996 |
| 199 | 556,02 | 23/12/1996 |
| 200 | 771,36 | 23/12/1996 |
| 201 | 33,88 | 26/11/1996 |
| 202 | 627,72 | 27/11/1996 |
| 203 | 405,79 | 28/11/1996 |
| 204 | 389,96 | 28/11/1996 |
| 205 | 529,52 | 28/11/1996 |
| 206 | 542,18 | 28/11/1996 |
| 207 | 383,58 | 29/11/1996 |
| 208 | 383,30 | 29/11/1996 |
| 209 | 687,72 | 29/11/1996 |
| 210 | 455,79 | 29/11/1996 |
| 211 | 510,51 | 29/11/1996 |
| 212 | 542,18 | 29/11/1996 |
| 213 | 520,23 | 29/11/1996 |
| 214 | 94,16 | 29/11/1996 |
| 215 | 274,95 | 2/12/1996 |
| 216 | 256,75 | 2/12/1996 |
| 217 | 459,52 | 2/12/1996 |
| 218 | 551,33 | 2/12/1996 |
| 219 | 459,52 | 2/12/1996 |
| 220 | 379,69 | 3/12/1996 |

| Ordem | Valor Histórico (R\$) | Data de Ocorrência |
|-------|--------------------------|-----------------------|
| 221 | 468,30 | 3/12/1996 |
| 222 | 505,75 | 3/12/1996 |
| 223 | 425,51 | 3/12/1996 |
| 224 | 403,56 | 3/12/1996 |
| 225 | 468,98 | 3/12/1996 |
| 226 | 510,79 | 3/12/1996 |
| 227 | 515,79 | 3/12/1996 |
| 228 | 527,18 | 4/12/1996 |
| 229 | 553,98 | 4/12/1996 |
| 230 | 558,98 | 4/12/1996 |
| 231 | 432,46 | 4/12/1996 |
| 232 | 438,30 | 5/12/1996 |
| 233 | 523,58 | 6/12/1996 |
| 234 | 555,79 | 6/12/1996 |
| 235 | 605,79 | 6/12/1996 |
| 236 | 787,72 | 9/12/1996 |
| 237 | 693,14 | 10/12/1996 |
| 238 | 887,72 | 11/12/1996 |
| 239 | 827,72 | 11/12/1996 |
| 240 | 827,72 | 11/12/1996 |
| 241 | 545,79 | 12/12/1996 |
| 242 | 545,79 | 12/12/1996 |
| 243 | 595,79 | 16/12/1996 |
| 244 | 506,02 | 13/1/1997 |
| 245 | 546,75 | 16/12/1996 |
| 246 | 536,75 | 16/12/1996 |
| 247 | 727,72 | 16/12/1996 |
| 248 | 631,33 | 16/12/1996 |
| 249 | 636,75 | 17/12/1996 |
| 250 | 606,75 | 17/12/1996 |
| 251 | 547,72 | 17/12/1996 |
| 252 | 402,46 | 17/12/1996 |
| 253 | 432,46 | 17/12/1996 |
| 254 | 436,02 | 15/1/1997 |
| 255 | 476,02 | 15/1/1997 |
| 256 | 989,11 | 19/12/1996 |
| 257 | 1.069,29 | 14/2/1997 |
| 258 | 1.169,29 | 17/1/1997 |
| 259 | 854,56 | 14/2/1997 |
| 260 | 959,56 | 14/2/1997 |
| 261 | 943,20 | 14/2/1997 |
| 262 | 984,56 | 14/2/1997 |

| Ordem | Valor Histórico (R\$) | Data de Ocorrência |
|-------|--------------------------|-----------------------|
| 263 | 874,56 | 14/2/1997 |
| 264 | 815,10 | 14/2/1997 |
| 265 | 430,25 | 23/12/1996 |
| 266 | 466,63 | 23/12/1996 |
| 267 | 528,30 | 23/12/1996 |
| 268 | 398,88 | 23/12/1996 |
| 269 | 625,79 | 25/12/1996 |
| 270 | 604,68 | 25/12/1996 |
| 271 | 918,85 | 26/12/1996 |
| 272 | 694,12 | 26/12/1996 |
| 273 | 790,23 | 27/12/1996 |
| 274 | 759,40 | 27/12/1996 |
| 275 | 739,40 | 27/12/1996 |
| 276 | 738,85 | 27/12/1996 |
| 277 | 1.943,50 | 27/12/1996 |
| 278 | 253,92 | 7/8/1998 |

b.2) Responsáveis solidários: Sr. Celso Antônio Botão Carvalho, CPF: 176.059.463-68, Avaliador de penhor, Sr. Dowver Azevedo Cruz, CPF: 281.577.613-87, Caixa executivo e Sr. Tarcísio José Pinto da Costa, CPF: 149.190.013-04, Mutuário.

b.2.1) Quantificação do débito solidário:

| Ordem | Valor Histórico (R\$) | Data de Ocorrência |
|-------|--------------------------|-----------------------|
| 1 | 787,72 | 27/12/1996 |
| 2 | 787,72 | 27/12/1996 |
| 3 | 1.449,65 | 27/12/1996 |
| 4 | 1.671,58 | 27/12/1996 |
| 5 | 1.491,58 | 27/12/1996 |
| 6 | 1.311,58 | 27/12/1996 |

b.3) Responsáveis solidários: Sr. Gleidson Castelo Branco Magalhães, CPF: 238.789.083-34, Avaliador de penhor e Sr. Dowver Azevedo Cruz, CPF: 281.577.613-87, Caixa executivo.

b.3.1) Quantificação do débito solidário:

| Ordem | Valor Histórico (R\$) | Data de Ocorrência |
|-------|--------------------------|-----------------------|
| 1 | 332,11 | 27/5/1996 |
| 2 | 2.954,15 | 27/5/1996 |
| 3 | 2.676,50 | 28/5/1996 |
| 4 | 532,95 | 6/6/1996 |
| 5 | 1.052,60 | 13/6/1996 |

| Ordem | Valor Histórico (R\$) | Data de Ocorrência |
|-------|--------------------------|-----------------------|
| 6 | 459,48 | 15/7/1996 |
| 7 | 2.012,49 | 18/7/1996 |
| 8 | 1.023,60 | 27/9/1996 |
| 9 | 1.108,29 | 27/9/1996 |
| 10 | 1.391,84 | 7/10/1996 |
| 11 | 1.664,36 | 12/8/1996 |
| 12 | 336,74 | 14/10/1996 |
| 13 | 2.049,66 | 14/10/1996 |
| 14 | 1.977,12 | 19/8/1996 |
| 15 | 1.391,84 | 18/10/1996 |
| 16 | 954,56 | 18/10/1996 |
| 17 | 733,26 | 26/8/1996 |
| 18 | 1.262,38 | 22/10/1996 |
| 19 | 801,30 | 28/8/1996 |
| 20 | 1.293,20 | 25/10/1996 |
| 21 | 1.492,04 | 30/9/1996 |
| 22 | 1.143,20 | 28/10/1996 |
| 23 | 1.562,04 | 30/9/1996 |
| 24 | 1.764,31 | 30/8/1996 |
| 25 | 1.860,74 | 2/9/1996 |
| 26 | 1.546,70 | 15/10/1996 |
| 27 | 1.649,77 | 15/10/1996 |
| 28 | 1.383,48 | 12/11/1996 |
| 29 | 1.613,27 | 19/9/1996 |
| 30 | 1.486,70 | 17/10/1996 |
| 31 | 1.654,77 | 17/10/1996 |
| 32 | 390,81 | 20/9/1996 |
| 33 | 646,09 | 20/9/1996 |
| 34 | 406,09 | 20/9/1996 |
| 35 | 376,09 | 20/9/1996 |
| 36 | 321,37 | 20/9/1996 |
| 37 | 421,37 | 20/9/1996 |
| 38 | 396,64 | 20/9/1996 |
| 39 | 3.013,75 | 20/9/1996 |
| 40 | 224,95 | 23/9/1996 |
| 41 | 391,37 | 23/9/1996 |
| 42 | 360,81 | 24/9/1996 |
| 43 | 376,09 | 24/9/1996 |
| 44 | 381,37 | 24/9/1996 |
| 45 | 376,09 | 24/9/1996 |
| 46 | 381,37 | 24/9/1996 |
| 47 | 350,81 | 24/9/1996 |

| Ordem | Valor Histórico (R\$) | Data de Ocorrência |
|-------|--------------------------|-----------------------|
| 48 | 344,42 | 27/9/1996 |
| 49 | 516,64 | 27/9/1996 |
| 50 | 785,79 | 2/10/1996 |
| 51 | 864,95 | 2/10/1996 |
| 52 | 874,95 | 2/10/1996 |
| 53 | 733,79 | 2/10/1996 |
| 54 | 864,95 | 2/10/1996 |
| 55 | 576,64 | 2/10/1996 |
| 56 | 448,86 | 10/10/1996 |
| 57 | 786,02 | 11/11/1996 |
| 58 | 890,34 | 11/11/1996 |
| 59 | 682,18 | 14/10/1996 |
| 60 | 573,30 | 17/10/1996 |
| 61 | 655,25 | 17/10/1996 |
| 62 | 589,41 | 17/10/1996 |
| 63 | 563,86 | 17/10/1996 |
| 64 | 940,49 | 18/10/1996 |
| 65 | 1.354,39 | 22/10/1996 |
| 66 | 1.303,27 | 22/10/1996 |
| 67 | 1.223,78 | 22/10/1996 |
| 68 | 938,57 | 22/10/1996 |
| 69 | 1.394,65 | 22/10/1996 |
| 70 | 1.416,04 | 22/10/1996 |
| 71 | 954,95 | 24/10/1996 |
| 72 | 949,95 | 24/10/1996 |
| 73 | 1.041,33 | 24/10/1996 |
| 74 | 918,57 | 24/10/1996 |
| 75 | 936,75 | 24/10/1996 |
| 76 | 944,95 | 24/10/1996 |
| 77 | 838,57 | 24/10/1996 |
| 78 | 1.087,72 | 24/10/1996 |
| 79 | 775,23 | 29/10/1996 |
| 80 | 759,40 | 29/10/1996 |
| 81 | 825,79 | 29/10/1996 |
| 82 | 1.694,35 | 29/10/1996 |
| 83 | 1.220,74 | 6/11/1996 |
| 84 | 944,35 | 6/11/1996 |
| 85 | 745,65 | 6/1/1997 |
| 86 | 825,38 | 6/1/1997 |
| 87 | 825,10 | 6/1/1997 |
| 88 | 775,38 | 9/1/1997 |
| 89 | 828,24 | 9/1/1996 |

| Ordem | Valor Histórico (R\$) | Data de Ocorrência |
|-------|--------------------------|-----------------------|
| 90 | 815,10 | 9/1/1997 |
| 91 | 855,10 | 9/1/1997 |
| 92 | 825,10 | 13/1/1997 |
| 93 | 1.031,33 | 18/11/1996 |
| 94 | 485,92 | 20/1/1997 |
| 95 | 575,38 | 20/1/1996 |
| 96 | 880,20 | 20/1/1996 |
| 97 | 979,93 | 20/1/1996 |
| 98 | 8,30 | 27/11/1996 |
| 99 | 690,51 | 22/1/1996 |
| 100 | 710,79 | 28/11/1996 |
| 101 | 1.807,04 | 23/12/1996 |
| 102 | 1.775,51 | 23/12/1996 |
| 103 | 1.638,97 | 23/12/1996 |
| 104 | 774,95 | 3/12/1996 |
| 105 | 804,83 | 31/1/1997 |
| 106 | 740,24 | 31/1/1997 |
| 107 | 874,83 | 31/1/1997 |
| 108 | 795,10 | 31/1/1997 |
| 109 | 805,38 | 31/1/1997 |
| 110 | 713,98 | 9/12/1996 |
| 111 | 19,16 | 12/12/1996 |
| 112 | 285,75 | 12/12/1996 |
| 113 | 335,38 | 6/2/1997 |
| 114 | 496,46 | 10/2/1997 |
| 115 | 556,19 | 10/2/1997 |
| 116 | 1.621,84 | 13/2/1997 |
| 117 | 1.472,11 | 13/2/1997 |
| 118 | 1.581,84 | 13/2/1997 |
| 119 | 1.642,11 | 13/2/1997 |
| 120 | 1.377,28 | 13/2/1997 |
| 121 | 847,16 | 20/1/1997 |
| 122 | 882,16 | 20/1/1997 |
| 123 | 915,22 | 20/1/1997 |
| 124 | 785,23 | 14/2/1997 |
| 125 | 915,22 | 20/1/1997 |
| 126 | 809,09 | 17/1/1997 |
| 127 | 895,10 | 14/2/1997 |
| 128 | 395,30 | 20/1/1997 |
| 129 | 376,06 | 20/1/1997 |
| 130 | 270,30 | 20/1/1997 |
| 131 | 653,02 | 24/12/1996 |

| Ordem | Valor Histórico (R\$) | Data de Ocorrência |
|-------|--------------------------|-----------------------|
| 132 | 376,63 | 24/12/1996 |
| 133 | 743,02 | 24/12/1996 |
| 134 | 585,25 | 24/12/1996 |
| 135 | 635,74 | 25/12/1996 |
| 136 | 536,63 | 25/12/1996 |
| 137 | 629,40 | 25/12/1996 |
| 138 | 2.397,37 | 26/12/1996 |
| 139 | 2.490,14 | 26/12/1996 |
| 140 | 2.307,37 | 26/12/1996 |
| 141 | 2.604,60 | 27/12/1996 |

b.4) Responsáveis solidários: Sr. Gleidson Castelo Branco Magalhães, CPF: 238.789.083-34, Avaliador de penhor, Sr. Dowver Azevedo Cruz, CPF: 281.577.613-87, Caixa executivo e Sr. Tarcísio José Pinto da Costa, CPF: 149.190.013-04, Mutuário.

b.4.1) Quantificação do débito solidário:

| Ordem | Valor Histórico (R\$) | Data de Ocorrência |
|-------|--------------------------|-----------------------|
| 1 | 2.491,00 | 27/12/1996 |
| 2 | 2.228,21 | 25/12/1996 |
| 3 | 2.266,52 | 25/12/1996 |
| 4 | 2.008,21 | 25/12/1996 |
| 5 | 2.051,82 | 25/12/1996 |
| 6 | 2.386,52 | 25/12/1996 |
| 7 | 2.433,75 | 25/12/1996 |
| 8 | 2.454,59 | 25/12/1996 |
| 9 | 2.466,52 | 25/12/1996 |
| 10 | 2.158,21 | 25/12/1996 |
| 11 | 2.406,52 | 26/12/1996 |
| 12 | 2.413,75 | 26/12/1996 |
| 13 | 2.208,20 | 26/12/1996 |
| 14 | 2.506,50 | 26/12/1996 |
| 15 | 2.586,50 | 26/12/1996 |
| 16 | 2.436,50 | 26/12/1996 |
| 17 | 2.672,90 | 26/12/1996 |
| 18 | 2.652,90 | 27/12/1996 |
| 19 | 2.209,00 | 27/12/1996 |
| 20 | 2.184,59 | 25/12/1996 |
| 21 | 2.430,14 | 25/12/1996 |
| 22 | 2.091,82 | 25/12/1996 |
| 23 | 2.037,37 | 25/12/1996 |
| 24 | 2.613,70 | 26/12/1996 |
| 25 | 2.423,70 | 26/12/1996 |

| Ordem | Valor Histórico (R\$) | Data de Ocorrência |
|-------|--------------------------|-----------------------|
| 26 | 2.696,50 | 26/12/1996 |
| 27 | 1.919,90 | 27/12/1996 |
| 28 | 991,58 | 20/12/1996 |
| 29 | 1.355,44 | 20/12/1996 |
| 30 | 2.043,76 | 23/12/1996 |
| 31 | 2.208,21 | 25/12/1996 |
| 32 | 2.248,21 | 25/12/1996 |
| 33 | 2.128,21 | 25/12/1996 |
| 34 | 2.596,50 | 26/12/1996 |

b.5) Responsáveis solidários: Sr. Gleidson Castelo Branco Magalhães, CPF: 238.789.083-34, Avaliador de penhor, Sr. Dowver Azevedo Cruz, CPF: 281.577.613-87, Caixa executivo e Sr. Paulo César Chaves Feitosa, CPF: 779.583.493-00, Mutuário.

b.5.1) Quantificação do débito solidário:

| Ordem | Valor Histórico (R\$) | Data de Ocorrência |
|-------|--------------------------|-----------------------|
| 1 | 1.064,43 | 20/12/1996 |
| 2 | 1.054,02 | 17/1/1996 |
| 3 | 1.075,19 | 26/11/1996 |
| 4 | 1.103,38 | 26/11/1996 |
| 5 | 1.069,19 | 26/11/1996 |
| 6 | 604,95 | 2/12/1996 |
| 7 | 603,26 | 4/12/1996 |
| 8 | 2.342,91 | 5/12/1996 |
| 9 | 755,10 | 10/2/1997 |
| 10 | 566,74 | 12/2/1997 |
| 11 | 566,74 | 12/2/1997 |
| 12 | 656,19 | 12/2/1997 |
| 13 | 1.487,25 | 13/2/1997 |
| 14 | 1.597,38 | 13/2/1997 |
| 15 | 149,63 | 25/12/1996 |
| 16 | 1.213,26 | 26/12/1996 |
| 17 | 931,33 | 26/12/1996 |

b.6) Responsáveis solidários: Sr. Gleidson Castelo Branco Magalhães, CPF: 238.789.083-34, Avaliador de penhor, Sr. Dowver Azevedo Cruz, CPF: 281.577.613-87, Caixa executivo e Sra. Olenir Silva Feitosa, CPF: 779.579.113-15, Mutuária.

b.6.1) Quantificação do débito solidário:

| Ordem | Valor Histórico (R\$) | Data de Ocorrência |
|-------|--------------------------|-----------------------|
| 1 | 1.224,35 | 21/11/1996 |
| 2 | 1.221,58 | 21/11/1996 |
| 3 | 956,04 | 21/11/1996 |
| 4 | 939,29 | 17/1/1997 |
| 5 | 971,36 | 20/12/1996 |
| 6 | 1.295,19 | 26/11/1996 |
| 7 | 1.162,42 | 26/11/1996 |
| 8 | 1.178,81 | 26/11/1996 |
| 9 | 497,72 | 28/11/1996 |
| 10 | 367,72 | 28/11/1996 |
| 11 | 1.494,65 | 28/11/1996 |
| 12 | 692,72 | 3/12/1996 |
| 13 | 156,92 | 3/12/1996 |
| 14 | 573,26 | 4/12/1996 |
| 15 | 603,26 | 4/12/1996 |
| 16 | 659,65 | 4/12/1996 |
| 17 | 645,41 | 12/2/1997 |
| 18 | 626,46 | 12/2/1997 |
| 19 | 1.592,38 | 13/2/1997 |
| 20 | 820,38 | 14/2/1997 |
| 21 | 725,65 | 14/2/1997 |
| 22 | 1.584,60 | 20/12/1996 |
| 23 | 526,63 | 27/12/1996 |
| 24 | 450,66 | 27/12/1996 |

SECEX-MA, 9/11/2012.

(Assinado Eletronicamente)

Thiago Ribeiro da Costa

Auditor Federal de Controle Externo

Matrícula 9421-8